

# VAMOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ Nº 57.213.191/0001-97  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM MILHARES DE REAIS**

Balanços patrimoniais				Demonstrações dos resultados				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto							
Ativo	Nota	Controladora		Passivo	Nota	Controladora		Descrição	Nota	Controladora		Descrição	Controladora		
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2021			31/12/2020	31/12/2021		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços</b>	<b>24</b>	<b>409.422</b>	<b>282.311</b>	<b>538.283</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.006	2.055	Fornecedores	15	38.782	42.051	Custo de venda, locação e prestação de serviços	25	(329.027)	(226.100)	(433.557)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.509	14.855
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	13.266	56.012	Empréstimos e financiamentos	16	-	12.085	Custo de venda de ativos desmobilizados	25	(2.777)	(14.919)	(2.777)	Ajustes para:		
Contas a receber	8	76.640	57.852	Arendamentos por direito de uso	17	1.294	1.077	(Reversão) provisão para perdas esperadas ("impairment") de estoques (nota 13)		10.579	19.662	10.757	Depreciação (nota 13)	10.579	19.662
Estoque	9	33.825	44.232	Obrigações trabalhistas		3.594	2.820	Equivalência patrimonial		(11.639)	-	-	Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 10)	2.777	14.919
Tributos a recuperar		11.198	5.310	Imposto de renda e contribuição social a recolher		312	505	(Reversão) provisão para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber (nota 25)		1.761	(1.732)	888	Provisão para perdas nos estoques (nota 25)	200	767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.262	1.246	Tributos a recolher		1.904	2.434	Resultado da venda de outros ativos imobilizados (nota 13)		-	33	-	Resultado da venda de outros ativos imobilizados (nota 13)	-	33
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	-	3.344	Adiantamentos de clientes		13.148	7.533	Créditos de impostos extemporâneos (nota 25)		-	(58)	-	Ajuste a valor presente	-	(494)
Despesas antecipadas		4.089	2.854	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.3	25.894	2.322	Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos por direito de uso (nota 26)		400	2.120	503	Varições no capital circulante líquido operacional		
Adiantamentos a terceiros		3.201	6.406	Outras contas a pagar		1.987	300	Contas a receber		56.587	50.072	76.827	Contas a receber	(20.196)	(5.931)
Outros créditos		2.553	1.357	<b>Não circulante</b>		86.915	71.127	Estoque		2.662	14.861	2.428	Estoque	2.662	14.861
		148.040	180.668	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>16</b>	-	<b>16.000</b>	Tributos a recuperar		(5.904)	597	(6.044)	Tributos a recuperar	(5.904)	597
<b>Não circulante</b>				<b>Arrendamentos por direito de uso</b>	<b>17</b>	857	1.583	Fornecedores		(267)	18.858	(267)	Fornecedores	(267)	18.858
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>20.1</b>	-	<b>35.202</b>	Obrigações trabalhistas e tributos a recolher		244	3.258	2.328	Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	244	3.258
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	-	52	<b>Provisão para demandas judiciais e administrativas</b>	<b>21.2</b>	338	338	Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(40.209)	(4.135)	(14.998)	Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(40.209)	(4.135)
Contas a receber	8	5.029	5.382	<b>Outras contas a pagar</b>		3.047	3.047	<b>Varições no capital circulante líquido operacional</b>		<b>(63.670)</b>	<b>27.508</b>	<b>(73.868)</b>	<b>Varições no capital circulante líquido operacional</b>	<b>(63.670)</b>	<b>27.508</b>
Fundo para capitalização de concessionárias	11	7.210	360	<b>Total do passivo</b>		<b>91.157</b>	<b>124.250</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>320</b>	<b>(3.067)</b>	<b>373</b>	(Investimentos) resgates em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	42.798	(55.409)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	4.643	-	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>152.611</b>	<b>180.202</b>	Capital social	23.1	133.519	167.995	133.519	Impostos de renda e contribuição social pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos (notas 16 e 17)	(13.119)	(6.134)
Depósitos judiciais	21.1	2.407	2.365	<b>Total do patrimônio líquido e patrimônio líquido</b>		<b>243.768</b>	<b>304.452</b>	Reserva de lucros		19.092	12.207	19.092	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos (notas 16 e 17)	(520)	(2.390)
Outros créditos		2.765	2.906					<b>Total do patrimônio líquido e patrimônio líquido</b>		<b>152.611</b>	<b>180.202</b>	<b>152.611</b>	Compra de ativo imobilizado operacional para concessionárias (nota 27)	(3.528)	(1.751)
		22.054	11.065							<b>41.619</b>	<b>9.776</b>	<b>41.619</b>	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>18.548</b>	<b>11.896</b>
Investimentos	12	35.436	-							<b>52.509</b>	<b>14.855</b>	<b>58.508</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Imobilizado	13	26.851	101.919							<b>24.202</b>	<b>(12.926)</b>	<b>(18.853)</b>	Aquisições de ativo imobilizado (nota 27)	(5.871)	(3.431)
Intangível	14	11.387	10.800							<b>10.890</b>	<b>(5.079)</b>	<b>(16.889)</b>	Ajustes decorrentes da cisão	42.726	-
		95.728	123.784							<b>41.619</b>	<b>9.776</b>	<b>41.619</b>	Aquisição de empresa, líquido de caixa	(16.829)	-
		148.040	180.668							<b>41.619</b>	<b>9.776</b>	<b>41.619</b>	Adições ao intangível	(613)	-
<b>Total do ativo</b>		<b>243.768</b>	<b>304.452</b>	<b>Total do ativo</b>		<b>243.768</b>	<b>304.452</b>	<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>41.619</b>	<b>9.776</b>	<b>41.619</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital	(7.264)	-

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Nota	Reserva de lucros			
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>23.1</b>	<b>167.995</b>	-	797	3.956
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.776
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>	<b>23.2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>489</b>	<b>9.776</b>
Reserva legal		-	-	-	(489)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.322)
Reserva de lucros	23.3	-	-	6.965	(6.965)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>23.1</b>	<b>167.995</b>	<b>1.286</b>	<b>10.921</b>	<b>180.202</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	41.619
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>	<b>23.1</b>	<b>167.995</b>	<b>1.286</b>	<b>10.921</b>	<b>41.619</b>
Cisão - conforme AGE em 30 de setembro de 2021		-	-	-	(42.726)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	23.1	8.250	(8.250)	-	-
Aumento de capital via integralização de "AFAC"	23.1	-	-	-	-
Reserva legal	23.2	-	2.081	(2.081)	-
Distribuição de dividendos	23.3	-	-	(1.507)	(25.896)
Juros sobre capital próprio		-	-	(8.838)	(8.838)
Reserva de lucros		-	-	6.311	(6.311)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>23.1</b>	<b>133.519</b>	<b>3.367</b>	<b>15.725</b>	<b>152.611</b>

### Notas Explicativas

**1. Contexto operacional** A Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos Máquinas" ou "Companhia"), sociedade empresarial do tipo anônima, com sede na Avenida Carrinho Cunha nº 1.521 - Galpão 02, Cidade Empresarial Nova Aliança, no município de Rio Verde/GO, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Vamos Máquinas possui dezesseis filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A controladora final é a Simpar S.A. ("Simpar"), controladora indireta Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos") e a controladora direta Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda ("Vamos Linha Amarela") que detém 100% do capital social. **1.1 Reorganização societária** Em 30/09/2021, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a reestruturação societária, na qual foi cindido alguns ativos da Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. e alocados na Borgato Serviços Agrícolas S.A. O objetivo da reestruturação foi apenas simplificar as atividades da Companhia. O ativo líquido contábil para fins de cisão no montante de R\$42.726 foi avaliado por empresa especializada com data base em 31/08/2021, e resultou na seguinte movimentação:

	31/07/2021	
	Vamos Máquinas	Acervo cindido
Caixa e equivalentes de caixa	24.510	-
Contas a receber	118.840	-
Tributos a recuperar	21.023	-
Despesas antecipadas	3.361	-
Estoque	26.525	-
Adiantamentos a terceiros	2.915	-
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	1.237	1.237
<b>Total ativo circulante</b>	<b>198.411</b>	<b>1.237</b>
Fundos de capitalização de concessionárias	4.785	-
Depósitos judiciais	2.385	-
Outros créditos	5.653	-
Investimentos	30.571	-
Imobilizado	103.374	79.318
Intangível	11.113	-
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>157.881</b>	<b>79.318</b>
<b>Ativo total</b>	<b>356.292</b>	<b>80.555</b>
Fornecedores	45.432	-
Arrendamento por direito de uso	1.361	-
Tributos a recolher	12.810	-
Obrigações trabalhistas	4.596	-
Adiantamento de clientes	17.421	-
Outras contas a pagar	19.710	-
<b>Total passivo circulante</b>	<b>101.330</b>	<b>101.330</b>
Arrendamento por direito de uso	1.269	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	37.829	37.829
Provisão para demandas judiciais e administrativas	338	-
Outras contas a pagar	2.850	-
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>42.286</b>	<b>37.829</b>
<b>Passivo total</b>	<b>143.616</b>	<b>139.159</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>212.676</b>	<b>42.726</b>

(i) Os números utilizados na cisão foram na data 31/08/2021. **1.2 Aquisições de empresas** 1.2.1 **Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ("Monarca")** Em 10/05/2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas de emissão da Monarca, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 19/04/2021 sem restrições. A Monarca é uma rede de concessionárias da marca Valtra que possui presença no Mato Grosso, comercializando máquinas, implementos agrícolas, peças e prestação de serviços de manutenção, através de quatro lojas localizadas nas cidades Sorriso, Sinop, Matupá e Alta Floresta, atendendo a região de 32 municípios no estado. O valor da transação foi de R\$ 16.829 liquidado em 28/12/2021 acrescido de juros de R\$ 723, calculados em 0,6% ao mês, conforme previsto no contrato de compra e venda da participação societária. Os juros foram reconhecidos como despesa financeira no resultado do período da adquirente. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Monarca - Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	3.373
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1
Contas a receber	27.152
Estoque	29.146
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.690
Outros créditos	4.596
Imobilizado	1.507
<b>Total do ativo</b>	<b>63.842</b>
<b>Passivo</b>	<b>32.525</b>
Fornecedores	7.317
Partes relacionadas	1.958
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	893
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.043
Adiantamentos de clientes	574
Outras contas a pagar	4.596
<b>Total do passivo</b>	<b>47.310</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>16.533</b>
Contraprestação	16.829

### Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

**296**

**Resultado da combinação de negócios** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31/12/2021 da Companhia com R\$ 11.639 de lucro líquido, a partir de 01/05/2021, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da Monarca tivesse ocorrido em 01/01/2021, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da Companhia para este exercício seriam aumentados em R\$ 63.418 e R\$ 795, respectivamente (valores não auditados). **Custos de aquisição** A Companhia incurriu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 150 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado. **1.3 Situação da COVID-19** A Companhia continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais, foi analisado o cenário até agora vivido, com o intuito de identificar eventuais indicativos de perdas que pudessem impactar em suas estimativas, julgamentos e premissas, a recuperabilidade dos seus ativos, e a mensuração das provisões apresentadas. Foram considerados inclusive, os eventos subsequentes ocorridos até a data de aprovação para emissão destas demonstrações financeiras, e não foram identificados indicativos de perdas. **1.4 Sustentabilidade e meio ambiente** A gestão da Companhia promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e alinhadas no propósito da sua controladora Vamos Locação, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31/12/2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao cli-

ma, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. O setor de concessionárias, em que a Companhia está inserido, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. A Companhia, assim, mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a ampliar a cobertura de riscos contra eventos extremos. **Estratégia de descarbonização** O plano estratégico da Companhia e alinhado ao de sua controladora Vamos Locação para reduzir seu impacto na emissão de CO2, inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de caminhões elétricos ou movidos a biometano; • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Promoção da redução das emissões de CO2, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gasóleo, permitindo uma expulsão limpa no motor em sua frota locada. **Engajamento em práticas climáticas** A Companhia realiza ações de educação/compartilhamento de informações de projetos internos e busca formar parcerias para minimizar impactos das mudanças climáticas decorrentes de produtos, bens e/ou serviços. Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, a Companhia alinhada a sua controladora Vamos Locação busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. **Gestão de recursos naturais** Em relação a gestão de resíduos a Companhia dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de reciclagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de refino, por empresa especializada, permitindo o reuso.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas 2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25/03/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável. **2.2. Base de consolidação a) Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Nos casos em que o Grupo adquira uma controlada com participação menor que 100% mas possui controle compra de opção de compra, e concomitantemente, opção de venda, isto é, opção de venda simétrica com os antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição, o Grupo considera que a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores à data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Transações eliminadas na consolidação** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada, e também, sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Instrumentos financeiros 2.4.1. Ativos financeiros a) Reconhecimento e mensuração** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por ("impairment"). A receita de juros e o ("impairment") são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros,

**Continuação. - baixo valor** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação ("TI"). A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. (ii) **Como arrendador** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca, quando aplicável, a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.4.1.c e 2.4.4). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excederem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.12. Provisões** 2.12.1. **Provisões** são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.12.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.13. Receitas de contratos com clientes** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.13.1. Receita de vendas de veículos e peças a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos** Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são líquidas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme CPC 47** A receita de máquinas e implementos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de máquinas e implementos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por três meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. **2.13.2. Receita de locação a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos** A Companhia aluga frota de caminhões para transporte de cargas, máquinas e equipamentos agrícolas. As locações são formalizadas por meio de contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos ao aluguel e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização dos veículos, máquinas e equipamentos agrícolas (obrigação de desempenho). O contrato estabelece, entre outras condições: • O preço acordado entre as partes, o qual é cobrado em parcelas fixas mensais; e • A vigência, varia em média 60 meses, com reajuste anual pelo IGP-M. A rescisão do contrato por parte do cliente enseja a ele o pagamento de multa de 50% sobre o valor total das parcelas vencidas. Para formalizar a cobrança, no mês subsequente à utilização dos bens que são objetos do aluguel por parte do cliente, são emitidas faturas com o valor mensal acordado contratualmente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e/ou equipamento. O valor da receita a ser reconhecida é formalizado por meio dos contratos de locação e cobrados mensalmente durante o tempo de utilização dos ativos pelo cliente. **2.13.3. Receita de prestação de serviço a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos** A Companhia presta serviços de assistências técnicas para as máquinas e equipamentos novos e seminovos vendidos. As vendas de serviços são formalizadas por meio de ordens de serviços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizadas na prestação de serviços. As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** A receita é reconhecida conforme a prestação de serviço. O valor da receita é estabelecido e formalizado por meio de orçamentos apresentados pela Companhia ao cliente e por este aprovado, o qual é reconhecido quando da finalização do serviço contratado pelo cliente. **2.13.4. Receita de venda de ativos desmobilizados a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos** Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende as máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos da Companhia. Considerando a natureza de sua operação, o caixa utilizado na aquisição destes ativos imobilizados é considerado como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa. Os clientes obtêm controle das máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são líquidas por meio de débito em conta, boleto ou cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme CPC 47** A receita de máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.14. Benefícios a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.15. Capital social 2.15.1 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado, caso houver. **3. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31/12/2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber. mensuração

de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; b) Imobilizado (definição do valor residual e da valor útil) - nota explicativa 13; c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis; principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 14.1; d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 20; **4. Novas normas e alterações de normas vigentes Alterações e normas vigentes a partir de 1º/01/2021 a) Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a: (i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de Juros de referência e substituição da taxa de Juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. b) **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos"; prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período de adoção (1º/01/2021). **Alterações e normas vigentes a partir de 1º/01/2022** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: a) **Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado"**; revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º/01/2022; b) **Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**; revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º/01/2022; c) **Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios"**; revisão com o objetivo de substituir as referências da norma antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 1º/01/2022; d) **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** as seguintes alterações ao CPC 10 (R2) - "Arrendamentos": alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. e) **Alteração ao CPC 26(R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**; com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26(R1). f) **Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações iterativas de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. g) **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. h) **Alteração ao IAS 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, e não há outras normas CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos** **5.1 Instrumentos financeiros por categoria** Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	Controladora 31/12/2021		Consolidado 31/12/2021	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.006	2.006	
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.266	-	13.266	
Contas a receber	-	81.669	81.669	
Fundo para capitalização de concessionárias	-	7.210	7.210	
Outros créditos	-	5.318	5.318	
<b>Total</b>	<b>13.266</b>	<b>96.203</b>	<b>109.469</b>	
<b>Passivo, conforme balanço patrimonial</b>				
Fornecedores	38.782	38.782		
Empréstimos e financiamentos	-	2.151	2.151	
Arrendamentos por direito de uso	-	5.034	5.034	
Outras contas a pagar	-	45.967	45.967	
<b>Total</b>	<b>38.782</b>	<b>45.967</b>	<b>84.749</b>	

	Controladora 31/12/2020		Consolidado 31/12/2020	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.099	14.099	
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.269	-	13.269	
Contas a receber	-	111.688	111.688	
Fundo para capitalização de concessionárias	-	7.210	7.210	
Outros créditos	-	5.389	5.389	
<b>Total</b>	<b>13.269</b>	<b>138.386</b>	<b>151.655</b>	
<b>Passivo, conforme balanço patrimonial</b>				
Fornecedores	56.234	56.234		
Arrendamentos por direito de uso	4.842	4.842		
Outras contas a pagar	5.035	5.035		
<b>Total</b>	<b>66.111</b>	<b>66.111</b>	<b>132.226</b>	

	Controladora 31/12/2020		Consolidado 31/12/2020	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.999	56	2.055	
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	56.064	-	56.064	
Contas a receber	-	63.234	63.234	
Fundo para capitalização de concessionárias	-	360	360	
Outros créditos	-	4.263	4.263	
<b>Total</b>	<b>58.063</b>	<b>67.913</b>	<b>125.976</b>	
<b>Passivo, conforme balanço patrimonial</b>				
Fornecedores	42.051	42.051		
Empréstimos e financiamentos	28.805	28.805		
Arrendamentos por direito de uso	2.660	2.660		
Outras contas a pagar	300	300		
<b>Total</b>	<b>73.096</b>	<b>73.096</b>	<b>146.072</b>	

	Controladora 31/12/2021		Consolidado 31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.006	2.006	2.055	2.055
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.266	13.266	56.064	56.064
Contas a receber	81.669	81.669	63.234	63.234
Fundo para capitalização de concessionárias	7.210	7.210	360	360
Outros créditos	5.318	5.318	4.263	4.263
<b>Total</b>	<b>109.469</b>	<b>109.469</b>	<b>125.976</b>	<b>125.976</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores	38.782	38.782	42.051	42.051
Empréstimos e financiamentos	-	-	28.805	27.493
Arrendamentos	2.151	2.151	2.660	2.660
Outras contas a pagar	5.034	5.034	300	300
<b>Total</b>	<b>45.967</b>	<b>73.460</b>	<b>73.096</b>	<b>72.504</b>

	Controladora 31/12/2021		Consolidado 31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	14.099	14.099		
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	13.269	13.269		
Contas a receber	111.688	111.688		
Fundo para capitalização de concessionárias	7.210	7.210		
Outros créditos	5.389	5.389		
<b>Total</b>	<b>151.655</b>	<b>151.655</b>	<b>146.072</b>	<b>146.072</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores	56.234	56.234		
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.842	4.842
Arrendamentos por direito de uso	-	-	5.035	5.035
Outras contas a pagar	-	-	66.111	66.111
<b>Total</b>	<b>56.111</b>	<b>93.604</b>	<b>106.032</b>	<b>106.032</b>

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são

mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. **Nível 2** Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e **Nível 3** Instrumentos

	31/12/2021			Controladora 31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	1.934	1.934	-	1.999	1.999
<b>Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras</b>						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	5.605	-	5.605	25.857	-	25.857
LTN - Letras do Tesouro Nacional	7.661	-	7.661	29.279	-	29.279
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	904	-	904
Outras aplicações	-	-	-	-	24	24
<b>Total</b>	<b>13.266</b>	<b>1.934</b>	<b>15.200</b>	<b>56.040</b>	<b>2.023</b>	<b>58.063</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	27.493	27.493
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.493</b>	<b>27.493</b>

	Consolidado 31/12/2021			Br AAA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Total	Total	Total
<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	11.999	11.999	-	-	-
<b>Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras</b>						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	5.608	-	5.608	-	-	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	7.661	-	7.661	-	-	-
<b>Total</b>	<b>13.269</b>	<b>11.999</b>	<b>25.268</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Curva de Juros Brasil					
	1M	6M	1A	2A	3A	5A 10A
Vértice	9,15	11,20	11,79	11,00	10,61	10,61
Taxa (a.a.) - %	9,15	11,20	11,79	11,00	10,61	10,61
Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) - 31/12/2021.						
<b>5.3 Gerenciamento de riscos financeiros</b> A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Companhia faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da sua controladora Simpar e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora direta Vamos para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. a) <b>Risco de crédito</b> O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de rating, conforme demonstrado abaixo:						

	Consolidado 31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Rating	Escala Local "Br"	Qualidade	Rating	Escala Local "Br"	Qualidade
AAA	-	-	Prime	-	-	Prime
AA+, AA, AA-	-	-	Grau de Investimento Elevado	-	-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	-	-	Grau de Investimento Médio Elevado	-	-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	-	-	Grau de Investimento Médio Baixo	-	-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB-	-	-	Grau de Não Investimento Especulativo	-	-	Grau de Não Investimento Especulativo
B+, B, B-	-	-	Altamente Especulativo	-	-	Altamente Especulativo
CCC	-	-	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	-	-	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
DDD, DD, D	-	-	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	-	-	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

Continuação... Invest- Patrimônio Parti- Equivalên- Saldo Controladora Saldo do ativo do ativo 31/12/2021 31/12/2020

Controladora Resultado de equiva- 31/12/2021 31/12/2020 Investi- Aquisi- Bai- Resu- mentos 31/12/2020 ção AFAC- xa- lto de Monarca - 36.533 7.264 - 11.639 35.436 - 11.639 35.436

12.1 Movimentação dos investimentos Ativo cir- Ativo não Passivo Passivo não Patrimônio Receitas Custos e Lucro (prejuízo) culante cir- culante não culante líquido e despesas líquido do exercício

12.2 Saldos patrimoniais investimentos Máquinas e Ben- Móveis Direto- Ou- Controladora Veículos equipa- feitos- e uten- Terre- Edifi- Direito de uso (I) Outros Total

13. Imobilizado As movimentações nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 estão abaixo demonstradas: Descrição Custo: Em 31 de dezembro de 2019 Adições Baixas

Controladora 31/12/2021 31/12/2020 Descrição Custo: Em 31 de dezembro de 2020 Adições Baixas

14. Intangível Os saldos para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 estão abaixo demonstrados: Descrição Custo: Em 31 de dezembro de 2020 Adições

Controladora 31/12/2021 31/12/2020 Descrição Custo: Em 31 de dezembro de 2020 Adições

(i) Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamentos de imóveis, conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos; (ii) Referem-se substancialmente a adições de obras em andamento relativo a novas lojas para comercialização das marcas Valtra.

(i) O montante relativo à combinação de negócios de R\$ 296 refere-se ao ativo relativo à aquisição da empresa Monarca, conforme nota explicativa 1.2.1; (ii) Refere-se aos direitos de concessão de uso de imagem, e comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra.

tado considerando a convenção de meio período ("mid period"), assumindo a premissa de que o fluxo de caixa é gerado ao longo do ano. No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia realizou o teste anual de ("impairment") e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

16. Empréstimos e financiamentos Modalidade Em moeda nacional Finame (i) CDCA (iv) CCB (iii) Conta garantida Consórcios (ii)

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil Em pontos percentuais (%) Taxa de desconto (WACC) - 31/12/2021 Taxa de desconto (WACC) - 31/12/2020

31/12/2021 31/12/2020 Descrição Fornecedores de máquinas, equipamentos e peças Fornecedores de máquinas - partes relacionadas - nota 18.1 Outros

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes características: (i) Finame são financiamentos para investimentos em caminhões, máquinas e equipamentos utilizados nas operações.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

(ii) Consórcios referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais estão compostos de vários grupos e colas com vencimentos mensais para Juros e principal variado até julho de 2020; (iii) CCBs são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de caminhões, máquinas e equipamentos para as operações.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

(iv) CDCAs são Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio celebrados junto às instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro. Essa operação possui cláusulas restritivas financeiras atreladas ao percentual de dívida financeira líquida(1) e de despesas financeiras líquidas(4) em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações (EBITDA(2)), medido anualmente com base no desempenho consolidado da controladora indireta Simpar dos últimos 12 meses; (1) Dívida financeira líquida consolidada para fins de covenants: significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, bem como outras dívidas específicas em determinados contratos e quaisquer outros saldos, positivos e/ou negativos das operações de proteção patrimonial (hedge) subtraídos dos valores em caixa e equivalentes de caixa e em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

(2) EBITDA Consolidado para fins de covenants: significa o lucro ou prejuízo líquido antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização apurado ao longo dos últimos 12 meses. (3) EBITDA Adicional Consolidado para fins de covenants: significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, ("impairment") dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, apurados ao longo dos últimos 12 meses. (4) Despesas financeiras líquidas consolidadas para fins de covenants: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de dívida financeira líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses. 17. Arrendamentos por direito de uso

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

de uso a Companhia arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas concessionárias, cujos contratos de arrendamento possuem prazo médio de 5 anos. Os contratos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Passivo Outras contas a pagar 31/12/2021 31/12/2020 Fornecedores (nota 14) 31/12/2021 31/12/2020 Dividendos a pagar (nota 23.3) 31/12/2021 31/12/2020

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

18.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas "receitas" e "despesas administrativas" de transações entre a Companhia e suas partes relacionadas:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Base de cálculo dos dividendos Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto Quantidade total de ações Dividendos por ação - R\$

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Saldo em 31 de dezembro de 2019 Dividendos pagos Constituição de dividendos Saldo em 31 de dezembro de 2020 Dividendos pagos Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio (i)

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

(i) Conforme assembleia geral extraordinária ("AGE") realizada em 30/09/2021, foram aprovadas as distribuições de dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes totais de R\$ 24.389 e R\$ 8.838 (R\$ 7.510 líquido do imposto de renda retido na fonte), respectivamente, referentes ao resultado do exercício findo em 31/12/2021. Os montantes declarados serão liquidados ao longo do próximo exercício. 24. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços a) Fluxos de receitas A Companhia gera receita principalmente pela venda de venda de máquinas e implementos novos e usados, mercadorias, locação e prestação de serviços. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Receita bruta Menos: Impostos sobre vendas Devoluções, descontos e abatimentos Total da receita líquida

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (aliquota de 7% a 18%), impostos municipais sobre serviços (aliquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas ao PIS (aliquota de 0,65% ou 1,65%) e a COFINS (aliquota de 3% ou 7,60%). b) Desagregação das receitas de contratos com clientes Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Principais produtos e serviços Receita de venda de veículos e peças (b) Receita de venda de ativos desmobilizados (b) Receita de locação (a) Receita de prestação de serviços (c)

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Produtos transferidos em momento específico no tempo Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo Total da receita líquida

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2). (b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47. 25. Gastos por natureza As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Custos de máquinas e implementos novos Custos de máquinas e implementos usados Custos de venda de ativos desmobilizados Pessoal e encargos Depreciação e amortização (nota 13 e 14) Peças, manutenção e acessórios Serviços prestados por terceiros Reversão (provisão) para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber Provisão para perdas nos estoques Aluguéis de imóveis Resultado na venda de ativos imobilizados Despesas tributárias Recuperação de PIS e COFINS sobre custos e insumos (ii) Créditos de impostos extemporâneos (i)

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

Lucro líquido do exercício Lucro líquido, base para proposição da reserva legal Reserva legal - 5%

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

21. Depósitos judiciais Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

22. Perdas possíveis não provisionadas no balanço A Companhia está sendo reclamada em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

23. Patrimônio líquido 23.1 Capital social O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, após cisão (conforme nota explicativa 1.1) é de R\$ 133.519 (R\$ 167.995 em 31/12/2020) divididos em 148.289.041 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (140.039.041 em 31/12/2020). Conforme Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30/09/2021 a Companhia deliberou o aumento de capital via integralização de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") no montante de R\$ 8.250 com a consequente emissão de 8.250 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme mostra a evolução abaixo:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

23.2 Reserva legal A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31/12/2021 foi constituído o montante de R\$ 2.081 (R\$ 489 em 31/12/2020). 23.3 Distribuição de dividendos Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal, e (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório. Para o exercício findo em 31/12/2021, o cálculo e a movimentação dos dividendos estão demonstrados a seguir:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

24. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

25. Gastos por natureza As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

26. Eventos subsequentes 28.1 Situação Ucrânia e Rússia A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aqueles relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

27. Informações suplementares do fluxo de caixa As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia fez aquisições de máquinas e equipamentos para expansão de sua frota e atendimento das atividades de concessionárias e partes destes ativos não afetou o caixa financiados ou ainda não pagos. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

28. Eventos subsequentes 28.1 Situação Ucrânia e Rússia A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aqueles relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

29. Informações suplementares do fluxo de caixa As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia fez aquisições de máquinas e equipamentos para expansão de sua frota e atendimento das atividades de concessionárias e partes destes ativos não afetou o caixa financiados ou ainda não pagos. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

30. Informações suplementares do fluxo de caixa As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia fez aquisições de máquinas e equipamentos para expansão de sua frota e atendimento das atividades de concessionárias e partes destes ativos não afetou o caixa financiados ou ainda não pagos. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

31. Informações suplementares do fluxo de caixa As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia fez aquisições de máquinas e equipamentos para expansão de sua frota e atendimento das atividades de concessionárias e partes destes ativos não afetou o caixa financiados ou ainda não pagos. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

32. Informações suplementares do fluxo de caixa As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia fez aquisições de máquinas e equipamentos para expansão de sua frota e atendimento das atividades de concessionárias e partes destes ativos não afetou o caixa financiados ou ainda não pagos. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

31/12/2021 31/12/2020 Taxa mé- dia a.a. Estrutura taxa média Venc- to. Circu- lante Não cir- culante Total

continuação...

**Relatório dos auditores independentes**

Aos Administradores e quotistas Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. e da Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas nor-

mas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos Valores correspondentes ao exercício anterior** O exame das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 07 de maio de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2022  
**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP00160/O-5  
**Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes**  
Contadora CRC 1SP22241/O-0